

Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação

O Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e deservolve suas operações por intermédio das carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil.

Em 21 de fevereiro de 2019, a autorização outorgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para funcionamento do Banco Hyundai foi publicada no Diário Oficial da União. O Banco Hyundai começou a operar a partir de abril de 2019, sendo que a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) detém o controle operacional efetivo desta sociedade.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$324milhões (31/12/2019 - R\$297 milhões). O lucro líquido apresentado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$27 milhões (31/12/2019 - Prejuízo de R\$5 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos totais atingiram R\$2.997 milhões (31/12/2019 - R\$2.338 milhões). Desse montante, R\$2.766 milhões (31/12/2019 - R\$2.155 milhões) são representados por operações de créditos.

O montante dos recursos captados é de R\$2.617 milhões (31/12/2019 - R\$2.011 milhões) representado por depósitos interfinanceiros.

Conjuntura Econômica

O Banco Santander (Controlador indireto do Banco Hyundai) avalia que, no quarto trimestre de 2020, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, com os primeiros países afetados enfrentando a chamada “segunda onda” de contaminação na esteira do abrandamento de políticas de distanciamento social. Entretanto, o Banco destaca também a rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença, com alguns países já tendo iniciado um programa de imunização de seus cidadãos e vários formulando a mesma iniciativa para os primeiros meses de 2021. A despeito das incertezas trazidas pela pandemia, os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias continuaram a fazer com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica sinalizando continuidade da tendência de retomada após a forte retração observada no segundo trimestre de 2020. O Santander avalia que estes estímulos fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,1 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho, encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos e avançou para patamares próximos a 3,8 mil pontos no quarto trimestre (alta de 11,7% nos últimos três meses de 2020).

No país, o Banco Santander considera que os infórtunios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infórtunios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultarão em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por conseguinte, provocarão alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável. Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira - notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais

BALANÇO PATRIMONIAL						
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>						
	Notas Explicativas	31/12/2020	31/12/2019	Notas Explicativas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		1.513.788	1.570.214		1.383.387	1.293.570
Disponibilidades	4&14.d	793	594		1.345.253	1.282.102
Instrumentos Financeiros		1.531.882	1.582.855	11&14.e	1.345.236	1.280.620
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	191.066	160.417		-	-
Operações de Crédito	6	1.340.816	1.422.438		17	1.482
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6.e	(19.092)	(13.235)		12	8.685
Outros Ativos	8	205	-		7	29.449
Ativo Não Circulante		1.482.719	767.517		1.278.222	735.011
Instrumentos Financeiros		1.464.598	746.109	11&14.d	1.271.328	730.836
Operações de Crédito	6	1.464.598	746.109		1.271.328	730.836
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6.e	(19.906)	(197)		12	6.894
Outros Ativos	8	714	2.542		10.877	11.972
Ativos Fiscais		20.571	7.525		13	324.021
Correntes		39	8			
Diferidos	7	20.532	7.517			
Imobilizado de Uso Intangível	9	84	2.416			
	10	16.658	9.122			
Total do Ativo		2.996.507	2.337.731		2.996.507	2.337.731

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>							
	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		100.000	108	2.037	1	-	102.146
Integração de Capital Social	13.a	200.000	-	-	-	-	200.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(1)	-	(1)
Reversão Dividendos de 2018	13.b	-	21	-	-	-	21
Prejuízo		-	-	-	-	(4.988)	(4.988)
Absorção do Prejuízo pela Reservas de Lucros		-	(108)	(2.058)	-	2.166	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		300.000	-	-	-	(2.822)	297.178
Mutações no Exercício		200.000	-	21	(1)	(4.988)	195.032
Saldos em 31 de dezembro de 2019		300.000	-	22.808	-	(2.822)	297.178
Lucro Líquido		-	-	-	-	27.073	27.073
Destinações:							
Reserva Legal	13.c	-	1.213	-	-	(1.213)	-
Dividendos Mínimos	13.b	-	-	-	(230)	(230)	(230)
Reservas para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	11.404	-	(11.404)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	11.404	-	(11.404)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		300.000	1.213	22.808	-	-	324.021
Mutações no Exercício		-	1.213	22.808	-	2.822	26.843
Saldos em 30 de junho de 2020		300.000	682	12.953	-	-	313.635
Lucro Líquido		-	-	-	-	10.616	10.616
Destinações:							
Reserva Legal	13.c	-	531	-	-	(531)	-
Dividendos Mínimos	13.b	-	-	-	-	(230)	(230)
Reservas para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	4.928	-	(4.928)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	4.928	-	(4.928)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		300.000	1.213	22.808	-	-	324.021
Mutações no Semestre		-	531	9.855	-	-	10.386

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e deservolve suas operações por intermédio das carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. As operações do Banco Hyundai são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

Em 28 de abril de 2016, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) e Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para a constituição do Banco Hyundai e de uma corretora de seguros com o objetivo de oferecer financiamento de automóveis e serviços financeiros e corretagem de seguros para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil.

Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e o aumento de capital social de R\$99.990, passando ao valor de R\$100.000, dividido em 100.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE) de 19 de fevereiro de 2019, os acionistas do Banco Hyundai aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$200.000 aprovado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) na data de 12 de março de 2019, passando ao montante total para R\$300.000 dividido em 300.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detidas na proporção de 50% pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) e 50% pela Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital).

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Hyundai foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidênciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Em 2020 foi reclassificado o saldo referente à subsídios da montadora, recebido à vista e reconhecido em resultado ao longo do prazo dos contratos da rubrica outras obrigações diversas para resultado de exercícios futuros. Para manter a comparabilidade da informação, o saldo comparativo de 31/12/2019 também foi reclassificado (nota 14.d)

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020, na reunião realizada em 29 de março de 2021.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Auração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Hyundai.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos reais/ativos e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários é demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento;

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Para os títulos títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequação da conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano e esta tendência se manteve nos últimos meses. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,6% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, ao final do quarto trimestre, a expectativa mediana foi de que a economia brasileira registrará recuo de 4,36% em 2020. O Banco julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos posteriores - a mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2021 e 2022 eram de 3,4% e 2,5%, respectivamente, ao final do quarto trimestre - continuaram justificando a percepção geral de que a variação do IPCA convergirá para as metas estipuladas no horizonte relevante para a política monetária, a despeito de haver encerrado 2020 acima do objetivo estabelecido para o ano na esteira de choques temporários - a variação anual do IPCA em 2020 atingiu 4,5%, enquanto a meta era de 4,0%. A combinação de perspectivas de recuperação econômica gradual e inflação compatível com as metas estabelecidas é o que o Santander entende haver propiciado espaço ao Banco Central do Brasil para haver mantido a taxa básica de juros no patamar mínimo histórico do país (2,00% a.a.) no encerramento de 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível durante boa parte do ano de 2021.

Na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido os investidores internacionais ainda reaciosos quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros. Entretanto, esta postura não foi obstáculo para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no quarto trimestre. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto a problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o período em 143 pontos básicos, patamar semelhante ao nível médio registrado no primeiro trimestre (portanto, antes da declaração de pandemia), quando o indicador estava ao redor de 150 pontos - patamar inferior aos 250 pontos registrado no final do terceiro trimestre.

No caso da taxa de câmbio, o Banco viu acontecer um processo semelhante com a paridade frente ao dólar recuando de R\$5,60/US\$ ao final de setembro de 2020 para R\$5,20/US\$ no encerramento do quarto trimestre do ano passado, ainda que tenha sido negociada próxima a R\$5,80/US\$ ao longo do período. Em ambos os casos, o Santander avalia que o gatilho para a melhora registrada ao longo do período diz respeito à redução das dúvidas quanto à dinâmica fiscal brasileira para os próximos anos, na esteira de declarações oficiais que sinalizaram a disposição em respeitar às regras impostas pelo marco legal do teto de gastos públicos.

Portanto, para que haja melhora adicional no desempenho destes indicadores, o Banco avalia que serão necessárias medidas que sinalizem ainda maior comprometimento do governo brasileiro com a reversão da trajetória ascendente de gastos públicos esperada para os anos à frente. Na visão do Santander, isto só será possível com a retomada de reformas estruturais.

Outras Informações

A política de atuação do Banco Hyundai na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Hyundai informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, o Banco Hyundai confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 29 de março de 2021

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
<i>Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>				
	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receitas da Intermediação Financeira		145.807	274.254	86.729
Operações de Créditos		144.641	270.882	76.818
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.b	1.138	3.344	9.911
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	28	28
Despesas da Intermediação Financeira		(75.620)	(139.693)	(50.912)
Operações de Captação no Mercado	14.d	(56.385)	(109.070)	(37.480)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	(19.235)	(30.623)	(13.432)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		70.187	134.561	35.817
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(45.949)	(80.073)	(45.003)
Receitas de Prestação de Serviços		2.105	2.791	295
Rendas de Tarifas Bancárias	15	20.979	33.852	27.267
Despesas de Pessoa	16	(10.724)	(21.095)	(16.133)
Outras Despesas Administrativas	17	(15.784)	(27.756)	(22.946)
Despesas Tributárias	7	(6.716)	(11.766)	(5.266)
Outras Receitas Operacionais	18	6.305	10.463	7.891
Outras Despesas Operacionais	19	(42.114)	(66.562)	(36.111)
Resultado Operacional		24.238	54.488	(9.186)
Resultado não Operacional		(4)	(1)	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro Imposto de Renda e Contribuição Social		24.234	54.487	(9.186)
Imposto de Renda e Contribuição Social	7	(13.130)	(26.408)	4.294
Provisão para Imposto de Renda		(11.747)	(22.349)	(2.029)
Provisão para Contribuição Social		(9.291)	(17.074)	(1.194)
Ativo Fiscal Diferido		7.908	13.015	7.517
Participações no Lucro Líquido (Prejuízo)		(488)	(1.006)	(96)
Número de Ações (Mil)	13.a	300.000	300.000	300.000

Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

CNPJ nº 30.172.491/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco Hyundai não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	4.878
Rendas de Títulos de Renda Fixa	3.344	5.033
Total	3.344	9.911

6. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Créditos Financeiros	2.805.414	2.168.547
Total	2.805.414	2.168.547

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas	32.627	1.661
A Vencer:		
Até 3 Meses	224.472	432.355
De 3 a 12 Meses	1.116.344	990.083
Acima de 12 Meses	1.431.971	744.448
Total	2.805.414	2.168.547

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2020	31/12/2019
Setor Privado		
Indústria	3.637	2.587
Comércio	494.297	973.496
Instituições Financeiras	153	119
Serviços e Outros	44.570	37.111
Pessoas Físicas	2.262.720	1.155.234
Agricultura	37	-
Total	2.805.414	2.168.547

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	31/12/2020	
				Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	424.330	-	424.330	-
A	0,5%	1.702.981	-	1.702.981	8.515
B	1%	568.660	18.540	587.200	5.872
C	3%	36.095	15.327	51.422	1.542
D	10%	4.396	5.324	9.720	972
E	30%	1.343	4.187	5.530	1.659
F	50%	873	4.517	5.390	2.695
G	70%	507	3.153	3.660	2.562
H	100%	1.785	13.396	15.181	15.181
Total		2.740.970	64.444	2.805.414	38.998

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	31/12/2019	
				Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	529.525	-	529.525	-
A	0,5%	1.125.001	-	1.125.001	5.625
B	1%	458.351	10.339	468.690	4.687
C	3%	26.484	5.381	31.865	956
D	10%	8.105	2.996	11.101	1.110
E	30%	-	1.500	1.500	450
F	50%	-	305	305	153
G	70%	-	363	363	254
H	100%	-	197	197	197
Total		2.147.466	21.081	2.168.547	13.432

⁽¹⁾ Inclui parcelas vencidas e vencidas.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	13.432	-
Constituições (Reversões)	30.623	13.432
Baixas	(5.057)	-
Saldo Final	38.998	13.432

f) Créditos Renegociados

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Renegociados	49.683	-
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(8.398)	-
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	16,9%	-

7. Ativos e Passivos Fiscais

a) Créditos Tributários

a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.110	14.082	(2.355)	17.837
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2	11	-	13
Participação no Lucro e Bônus	176	453	-	629
Gratificação de Pessoal	1.209	2.250	(1.602)	1.857
Outras Provisões Temporárias	20	176	-	196
Total dos Créditos Tributários	7.517	16.972	(3.957)	20.532

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco Hyundai não possui créditos tributários não ativados. O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Banco Hyundai foi efetuado pelas aliquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.

a.2) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total
2021	4.431	3.592	8.023
2022	3.396	2.779	6.175
2023	3.396	2.779	6.175
2024	88	71	159
Total	11.311	9.221	20.532

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN 4.720 e a Circular BACEN 3.959, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários e do valor registrado é de R\$19.781 (31/12/2019 - R\$7.080) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	26.919	1.182
Impostos e Contribuições a Pagar	2.530	1.836
Total	29.449	3.018

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	54.487	(9.186)
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(1.006)	(96)
Resultado antes dos Impostos	53.481	(9.282)
Engargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 20% (31/12/2019 - 25% e 15%), Respectivamente	(24.066)	3.713
Despesas Inedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(2.869)	(155)
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽²⁾	-	692
Demais Ajustes ⁽³⁾	527	44
Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.408)	4.294

⁽¹⁾ A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

⁽²⁾ Majoração da alíquota da CSLL, a partir de março de 2020, por tempo indeterminado

⁽³⁾ Em 31/12/2019, Refere-se a adicional devido a dedutibilidade de imposto.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesa com Cofins	8.416	3.343
Despesa com PIS	1.368	543
Despesa com ISS	1.832	1.378
Outras	150	2
Total	11.766	5.266

8. Outros Ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento (Nota 14.d)	612	2.541
Adiantamentos Salariais e Gastos com Contratos em atraso	93	-
Rendas a Receber	200	-
Outros	14	1
Total	919	2.542

9. Imobilizado de Uso

	31/12/2020	31/12/2019
Composição		
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	97	84
Total	97	84

	31/12/2020	31/12/2019
Variações		
Saldo Inicial	2.420	2.416
Adição	13	13
Transferência	(2.336)	(2.336)
Depreciação	-	(9)
Saldo final	97	84

	31/12/2020	31/12/2019
Composição		
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	20.341	16.658
Total	20.341	16.658

	31/12/2020	31/12/2019
Variações		
Saldo Inicial	10.320	9.122
Adição	7.685	7.685
Transferência	2.336	2.336
Amortização	-	(2.485)
Saldo final	20.341	16.658

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Interfinanceiros (Nota 14.d)	730.318	614.918	1.271.328	2.616.564	2.011.456
Total	730.318	614.918	1.271.328	2.616.564	2.011.456

12. Outros Passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Pagamentos a Efetuar	6.895	4.175
Despesas de Pessoal	417	90
Outros Pagamentos	5.105	8.656
Credores Diversos - Contas a pagar	1.127	-
Seguro Prestamista	1.086	40
Valores a Pagar - Aymoré	(406)	(562)
Subsídios de Taxas de Juros	699	-
Sociais e Estatutárias	656	226
Outros	15.579	12.625
Total	15.579	12.625

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é composto por 300.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, domiciliados no país e exterior. Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (AGE) de 19 de fevereiro de 2019, os acionistas do Banco Hyundai aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$200.000, aprovado pelo BACEN na data de 12 de março de 2019 passando ao montante total para R\$300.000 dividido em 300.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detidas na proporção de 50% pela Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) e 50% pela Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital).

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Em março de 2019 a Administração do Banco Hyundai reverteu a provisão do dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2018, considerando ser a distribuição incompatível com a situação financeira e pré-operacional da companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

A Resolução CMN nº 4.885, de 23 de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerem o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Banco Hyundai e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

14. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
Na Reunião de Sócios do Banco Hyundai realizada em 30 de março de 2020, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2020, no valor máximo de R\$8.158. O Banco Hyundai não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

a.1) Benefícios

A tabela a seguir demonstra os salários da Diretoria:

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Remuneração Fixa	3.428	2.318
Remuneração Variável	858	-
Total	4.286	2.318

Adicionalmente, no exercício de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$1.046.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram registradas despesas com honorários para o Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

O Banco Hyundai poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco Hyundai, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua participação societária qualificada;
- Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente		Conselheiro	
Angel Santodomingo Martell		Kwanmook Lim	
DIRETORIA			
Diretor Presidente Cezar Augusto Janikian	Diretor Financeiro Joon Hee Cho	Diretora de Riscos Liliana Blutaumüller	Diretor Comercial Jungsang Kim
		Diretor sem designação específica Aldinei José Roting	Diretor sem designação específica Chae Young Chang

Contador

Gilberto Cabeleira Alves - CRC nº PR040031/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS